

DEPOSITO LEGAL
-O. ABR. 1976

Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 35 de 30 de Março a 5 de Abril de 1976 Preço 4\$00



ENCONTRO
NACIONAL
DE PROPAGANDA
AGITAÇÃO E CULTURA

A DIREITA ATACA UMA CONSTITUIÇÃO QUE JÁ NÃO LHE SERVE



VIOLENCIA POLICIAL SOBRE O POVO

«Saímos da carrinha em bicha,
de mãos no ar.

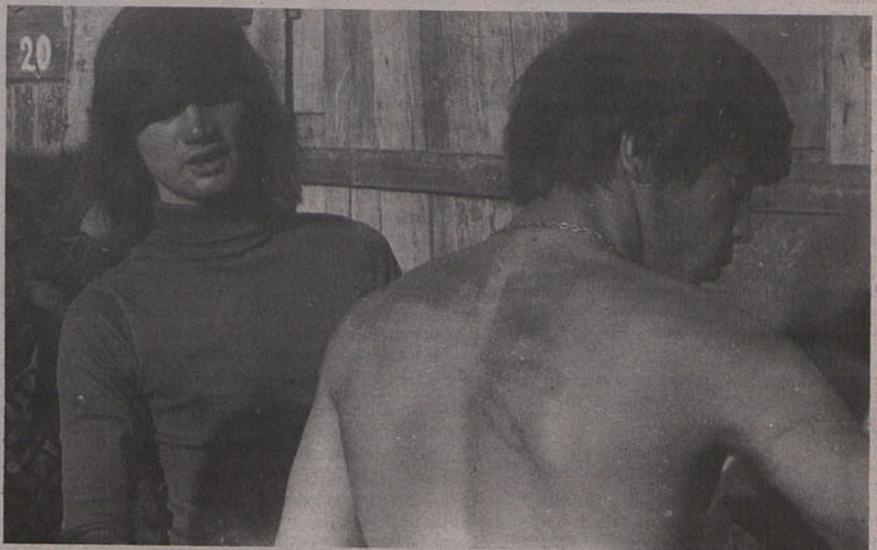
Começaram a perguntar quem
era o Manuel.

— Sou eu!

— Então bateste no polícia!

— Eu?

Desataram sete a aviar-me. Não
satisfeitos de me baterem com as
mãos, deram-me com as matracas.
Deixaram-me neste estado...»



I ENCONTRO NACIONAL DE PROPAGANDA, AGITAÇÃO E CULTURA

Realizou-se em Lisboa nos dias 26, 27 e 28 deste mês o 1.º Encontro de Agitação, Propaganda e Cultura do MES.

Cinco grandes temas — Animação Cultural, Revolução Cultural, A Questão da Mulher, Agitação e Propaganda e Imprensa Popular foram amplamente debatidos.

Domingo, dia 28 pela manhã foi feita na Amadora uma sessão prática de Agitação e Propaganda com pintura de murais e distribuição de comunicados. À tarde realizou-se um debate aberto na Caixa Económica Operária a que esteve presente o camarada Jacinto Rodrigues membro do Comité Central do MES.

De seguida apresentamos extractos das conclusões deste encontro.



1. Informação

1.º. Neste momento, os principais órgãos de Comunicação Social, a televisão, a rádio, os jornais e revistas de maior circulação, encontram-se claramente ao serviço da burguesia.

Pelas notícias que dão ou que escondem, pela forma como as transcrevem, pela própria paginação e ilustração, tendem, na verdade, a dar relevo às menores deslocações das personalidades dos partidos do Governo, tendem a justificar a reocupação das fábricas, casas e terras ocupadas pelos trabalhadores, tendem a impor a necessidade de restabelecer a «autoridade» e a «ordem», que serão a autoridade e a ordem burguesas, assentes na repressão dos trabalhadores.

Transcrevem, em suma, aquilo que interessa à burguesia, da forma que interessa à burguesia, para fazer aceitar a recuperação do poder que pretende.

São, pelo contrário, ocultadas ou deturpadas as notícias relativas aos problemas e às lutas dos trabalhadores e à acção dos partidos políticos revolucionários.

Através da informação burguesa, que utiliza, desde a mentira descarada e a omissão até à narração dos factos segundo a sua «verdade» de classe, são veiculadas as concepções, a ideologia da burguesia, que dela se serve para justificar, perante os explorados e oprimidos, a sua dominação.

2.º. É, pois, tarefa imediata e urgente denunciar a falsidade da informação burguesa, demonstrar as mentiras que transmite. Mas não chega.

É tarefa imediata e urgente a produção de uma informação de classe, de uma informação popular, ao serviço dos explorados e dos oprimidos.

Essa informação tem de ser voltada para os problemas concretos sentidos pelas massas trabalhadoras, tem de, utilizando uma linguagem muito simples, transmitir as suas lutas e aspirações do dia a dia.

3.º. A informação popular, contribuirá para resistir à ofensiva da direita; e, ao mesmo tempo, contribuirá para criar a memória de classe dos explorados e oprimidos, para

definir e desenvolver a consciência de classe indispensável à dura luta contra a dominação da burguesia.

4.º. A informação popular contribuirá ainda para a formação das alianças de classe que permitirão a vitória dos explorados.

Portanto não poderá, em regra, transmitir sem mediações uma linha política de partido. Antes deverá abordar directamente os interesses de classe dos explorados, dando-lhes, é evidente, um enquadramento, uma perspectiva política revolucionária.

Não deverá, por outro lado, ser um elemento de divisão entre as várias classes e camadas de explorados e oprimidos. Acentuará aquilo que os une, os interesses comuns, contribuindo assim para reforçar a unidade neste momento indispensável para resistir ao avanço da direita e desencadear a ofensiva popular.

5.º. Não importa, apenas, criar uma informação ao serviço das classes exploradas. Importa principalmente criar um novo modelo de produção da informação revendo todos os esquemas e processos técnicos tradicionais, utilizados pela burguesia, desde a construção de notícias e da ilustração, ao preço, à forma de vender e de elaborar os jornais e demais órgãos de informação.

É preciso estimular e criar as condições para que sejam os explorados e oprimidos a organizar a sua própria informação, na sua linguagem e segundo as suas concepções, a sua ideologia.

6.º. A informação popular não dispensa, porém, uma qualidade técnica e uma actualidade informativa que lhe assegurem eficácia.

Haverá, por isso que lhe dar um apoio organizado, quer em meios técnicos quer no fornecimento das informações que lhe permitam uma intervenção sempre oportuna, no momento exacto.

Haverá ainda que auxiliá-la a passar do concreto e imediato, dos problemas diários e locais em que assente a sua elaboração, para a definição de uma estratégia global de combate dos explo-

rados e oprimidos, perspectivando politicamente as diversas reivindicações imediatas e do dia a dia que ela reflecte e transmite.

7.º. Neste aspecto, será fundamental a intervenção das organizações, dos partidos políticos revolucionários, a quem compete

— incentivar a criação de órgãos de imprensa popular,

— coordenar a transmissão de informação e dar-lhes uma perspectiva global politicamente correcta, adequada aos interesses de classe dos explorados e oprimidos;

— centralizar e fornecer o apoio técnico indispensável ao desenvolvimento da imprensa popular;

— contribuir para a promoção dos quadros necessários à generalização dos órgãos de imprensa popular.

Esta uma das tarefas que compete em especial ao MES, partido da esquerda revolucionária, que luta e lutará pe-

la afirmação e desenvolvimento do Poder Popular.

Esta também uma das tarefas concretas e imediatas em que poderá assentar a organização de uma frente de massas antifascistas e anticapitalista.

8.º. Esta, enfim, uma tarefa importante de actuação revolucionária, inclusivamente dos profissionais da comunicação social.

Com efeito, compete-lhes, é certo, criar espaços de intervenção nos próprios órgãos de comunicação social em que trabalham. Essas conquistas serão, todavia, sempre contestadas, combatidas e de eficácia reduzida.

Compete-lhes, portanto, pôr os seus conhecimentos técnicos e as facilidades de que dispõem no acesso às notícias ao serviço da organização de uma informação popular.

9.º. Abordou-se também o interesse e a viabilidade da informação paralela, da criação de jornais de esquerda de grande circulação.

Tendo em atenção a per-

centagem de analfabetos, os hábitos de leitura restrita e a saturação do mercado da informação, este não foi, todavia, considerado um campo de intervenção prioritário, porque não viria a tocar as classes e camadas que interessaria essencialmente atingir.

10.º. Assentou-se, em conclusão, na necessidade de apoiar a afirmação de uma imprensa popular especialmente dirigida às classes exploradas.

Assentou-se na necessidade de estimular e aprovar a criação e consolidação da imprensa regional, sindical e do poder popular, das comissões de moradores, de trabalhadores, dos conselhos de aldeia cuja eficácia e poder de intervenção serão tanto maiores quanto for menos o espaço em que se inserir, porque assim estará mais ligado aos problemas concretos do povo.

Assentou-se na necessidade e na urgência de criar novas e muitos órgãos de informação popular.

A multiplicação dos órgãos da imprensa popular, sindical

regional e apartidária assume fundamental importância no desenvolvimento da unidade dos explorados e oprimidos, a partir da abordagem dos seus problemas concretos e das possibilidades de sua resolução, ultrapassando assim as divisões na base artificialmente criadas pelos diversos grupos políticos.

A imprensa popular tem, na actual fase da luta de classes, o papel essencial de fomentar a resistência popular ao avanço do fascismo e à reconversão do aparelho repressivo da burguesia e de, no processo de resistência, impulsionar a unidade dos explorados e oprimidos a partir dos seus órgãos de classe — os sindicatos, as comissões de trabalhadores, de moradores, os conselhos de aldeia — ligando directamente o seu quotidiano à luta global contra o fascismo e contra o capitalismo, pelo Poder Popular e pelo Socialismo.

**Unidade do Povo contra o Fascismo
Pelo Poder Popular**

2. Animação cultural

Durante todo o I Encontro Nacional de Agitação, Propaganda e Cultura, pôde verificar-se que muitas e ricas são as experiências e as iniciativas que ao nível de todo o País têm surgido no sentido de dotar o movimento popular de massas de um corpo de expressões culturais próprias, que por um lado traduzem os conflitos sociais, as lutas por melhores condições de vida, trabalho, habitação, e por outro constituem germens embrionais desse novo modo de vida qualitativamente superior que é também a nova sociedade socialista.

A par das condições objectivas, das transformações económicas, nas lutas concretas nos locais de trabalho e habitação, verificamos a alteração das condições subjectivas, das relações sociais, isto é, libertação e autoemancipação das classes trabalhadoras face à tutela opressora da dominação burguesa.

Os militantes revolucionários no seu trabalho cultural diferenciavam-se dos reformistas porque para estes a animação cultural constitui quase exclusivamente um modo de reprodução partidário. É por isso que os militantes revolucionários repudiam as formas de controleirismo e pedagogismo muito do gosto dos reformistas.

Por outro lado, os militantes comunistas estão atentos às condições de lançamento das novas iniciativas culturais, à possibilidade de as levar por diante de uma forma consequente e de as consolidar, isto é, de as tornar expressões e instrumentos de luta das classes trabalhadoras.

É nisto que os militantes comunistas são autênticos

animadoras, agitadores, capazes de mobilizar as massas, corresponder aos seus anseios e ser persistentes no trabalho. Na Frente Cultural Revolucionária estão empenhados os militantes do MES, outras forças políticas e outros militantes revolucionários, nela estão todas as formas organizativas culturais de libertação das classes trabalhadoras. É por isso que a Frente Cultural Revolucionária é um dos factores para a unidade dos militantes revolucionários e de todo o povo. É por isso que ela constitui também um dos pólos do internacionalismo proletário de solidariedade entre o povo oprimido de Portugal e os povos oprimidos de todo o mundo e em especial dos novos países africanos, agora independentes, mas onde a luta contra o imperialismo e o neocolonialismo se faz sentir cada vez com mais força.

O trabalho dos militantes revolucionários por meio dos instrumentos de animação cultural (o teatro, cinema, os audiovisuais, a alfabetização, os coros e conjuntos musicais, as artes plásticas, etc.), é fundamental para o desenvolvimento dessa frente cultural revolucionária, quando esses instrumentos constituem por um lado verdadeiros meios de mobilização e consciencialização e, por outras formas, de unificar os revolucionários e as classes exploradas, de as libertar desde já das formas de opressão da dominação ideológica da burguesia que se faz sentir a todos os níveis nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação e convívio e na própria vida quotidiana das classes trabalhadoras.

A burguesia ataca uma Constituição que já não lhe serve...

Está prevista para daqui a alguns dias, a data da promulgação da Constituição pelo Presidente da República. E, curiosamente, os mesmos interesses de classe e partidos políticos que no momento de grande ofensiva popular contra as instituições burguesas se manifestavam furiosamente em defesa da Assembleia Constituinte, são agora aqueles que com maior raiva se pronunciam contra a Constituição que votaram, chegando mesmo a ameaçar descaradamente com um golpe de Estado, caso não se efectue uma imediata revisão da Constituição pelo parlamento burguês.

Deste modo, os fascistas cada vez menos encapotados do CDS, os reaccionários do PPD e elementos destacados da ala mais direita da direcção do Partido Socialista, não se cansam de dar entrevistas, proferindo declarações e discursos onde, de forma mais ou menos clara, insinuam ser necessário pôr em causa urgentemente o texto constitucional. Por outro lado, membros do chamado Conselho da Revolução, sobretudo aqueles que aí chegaram após o golpe reaccionário do 25 de Novembro, vão abrindo caminho às manobras anti-constitucionais da direita, por meio de declarações com uma pitada de intimidação em que exprimem a importância «de não aprovar uma Constituição rígida», «de deixar em aberto a possibilidade de revisão rápida do texto constitucional», etc...

Há portanto, neste momento, uma ofensiva reaccionária em curso que procura a todo o vapor evitar que a Constituição aprovada tenha um sentido minimamente progressista ou um certo grau definitivo. Assim, a natureza profundamente direita do golpe do 25 de Novembro vai ficando cada vez mais clara, pois alguns dos que aplaudiram entusiasticamente esse golpe são agora os alvos imediatos (grupo dos 9, elementos progressistas do PS).

A classe operária, o povo trabalhador, os revolucionários, não podem nem devem esquecer o papel contra-revolucionário que a Assembleia Constituinte desempenhou, como antro importante de sociais democratas e fascistas envergonhados, que tudo fizeram para atacar as lutas dos explorados e oprimidos, para boicotar em nome da democracia burguesa e da liberdade do capital o rumo popular que o processo político português vinha seguindo. A classe operária e o povo não podem nem devem esquecer que foi na Constituinte que se forjou e desenvolveu a aliança anti-operária das forças políticas e sociais, que de mãos dadas com o Imperialismo, impulsionaram o golpe reaccionário do 25 de Novembro. Os trabalhadores portugueses não podem nem devem esquecer que a Constituição não contempla as suas conquistas fundamentais: a organização do Poder Popular, as nacionalizações sob controle operário e popular, a unidade sindical, a Reforma Agrária, e outras. No entanto, o nosso povo deve compreender que, neste momento, o ataque direita à Constituição neste período que antecede as eleições burguesas para o parlamento representa o prenúncio de um novo golpe reaccionário em preparação, que procurará atingir com ainda maior violência e terror que no 25 de Novembro a organização popular a todos os níveis. Os trabalhadores devem perceber que não é por acaso que os ataques à Constituição se desenrolam no mesmo momento em que a PSP volta a dispor de brigadas de choque para reprimir, e em que se vai levando a cabo uma «reorganização das Forças Armadas»

que procura colocá-las ao serviço dos interesses dos imperialistas da NATO, e da reconversão capitalista feita à custa do suor e do sangue dos explorados e oprimidos.

A ameaça fascista e imperialista sobre a nossa Pátria, sobre o povo trabalhador, é cada vez maior e mais evidente. A burguesia, cada dia que passa, vai compreendendo que um regime em que estejam asseguradas as liberdades mínimas de organização e movimentação dos trabalhadores, é um regime que não serve os seus interesses de exploração. A burguesia, à medida que o tempo vai passando sobre o 25 de Novembro, percebe que esse golpe ainda não resolveu de forma duradoura os seus problemas, a sua crise de dominação e opressão. A burguesia, cada vez vai reconhecendo mais claramente que o futuro do seu poder em Portugal está dependente do apoio e empenhamento financeiro, político e militar do imperialismo americano e do sub-imperialismo europeu. A burguesia necessita portanto de margem de manobra para que, sempre em nome da «liberdade», da «propriedade», do «desenvolvimento económico», possa fortalecer os seus interesses, sem uma lei constitucional que dificulte o seu golpismo permanente. A burguesia necessita de institucionalizar a legalidade reaccionária, para poder descaradamente utilizar as armas que a servem, para aterrorizar, prender, atacar os trabalhadores e as suas organizações.

guesa procuram defender a Constituição com palavras ou discursos. Esses não percebem e provavelmente nunca perceberão que a única defesa consequente da democracia é feita contribuindo para o avanço revolucionário, pelo Poder Popular e pelo Socialismo. O seu anticomunismo forneceu aos fascistas, no momento em que estes mais necessitavam, os aliados que precisavam. São hoje ameaçados pelo processo reaccionário que ajudaram poderosamente a fortalecer.

A frente fundamental de combate contra o fascismo é a frente de massas, a organização e a unidade do povo pela resistência que torne possível recuperar a iniciativa popular. É desenvolvida na fábrica, nos campos, nos bairros, nas escolas e nos quartéis. É aí que se poderá impedir o golpe terrorista e relançar a ofensiva dos trabalhadores. Mas os revolucionários não devem desprezar outros terrenos de luta, e assim, neste momento, devem denunciar firmemente as manobras fascizantes contra a Constituição, barrando o golpismo por via administrativa.

— A ameaça fascizante não se controla, combate-se!

— Contra as manobras dos fascistas e dos imperialistas, unidade, organização e luta!

— Unidade do povo, contra o fascismo, pelo Poder Popular!



Sessões de esclarecimento

5.º F — 1 DE ABRIL

Pelas 20 h em St.ª Susana — Alcácer do Sal

6.º F — 2 DE ABRIL

Pelas 20 h na Estação do Monte Novo de Palma — Alcácer do Sal

COMÍCIO

6.º F — 2 DE ABRIL

Pelas 21.30 h em Sesimbra no Salão da Vila Amália
Todas no Distrito de Setúbal

Do
Departamento Eleitoral

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____

BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

JORNAL SEMANAL — todas as 3.ªs-feiras

Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

É por isso que os exploradores e aqueles que os defendem atacam hoje a Constituição que ontem defendiam. É que a Constituição, apesar de não conter as mais importantes conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras, reflete o período da luta de classes anterior ao 25 de Novembro, em que os sociais-democratas se diziam socialistas e os fascistas se diziam liberais ou social-democratas. É que a Constituição tem palavras perigosas para os exploradores do povo e os imperialistas («Socialismo», «Independência Nacional»). É que a Constituição não corresponde à relação de forças ao nível militar posterior ao golpe reaccionário.

É por isso que a burguesia e os seus servidores civis e fardados têm ameaçado com a força das armas aqueles que defendendo a democracia bur-

REFORMA AGRÁRIA

A luta contra os saneamentos e o boicote económico

A luta dos trabalhadores rurais do Alentejo pela defesa e avanço das suas conquistas é uma luta dura que se confronta com muitos e poderosos inimigos.

A direita que sabe que os trabalhadores não permitirão nunca a recuperação das terras, tentam atacar de maneiras mais indirectas. O Governo, ao mesmo tempo que afirma que não cederá nos aspectos fundamentais, vai na verdade cedendo todos os dias, traindo os trabalhadores que, aliás, dele não esperavam grande apoio.

O ataque da direita centra-se em dois objectivos:

1.º Ataque económico — Actualmente os trabalhadores não podem vender os seus produtos sem autorização dos centros (em nome do chamado «Controle de comercialização»). Por outro lado são crivados de impostos. Deste modo pretende o Estado que a reorganização da produção e os custos da própria crise económica sejam pagos pelos trabalhadores. Assim os trabalhadores, que hoje trabalham mais do que antes, vêm aumentar os pagamentos que têm de fazer

e não vêm aumentar aquilo que recebem.

2.º Saneamento de todos os elementos que se põham ao lado dos trabalhadores — É sabido que desde há muito a CAP elaborava listas de elementos a sanear. Entretanto, depois do 25 de Novembro, os novos directores dos Centros de Reforma Agrária entregam ao Governo listas de elementos a sanear. Cerca de 40 saneamentos tiveram já lugar por este processo (9 em Lisboa, 18 em Santarém, 4 em Castelo Branco e 6 em Alcácer). Estes técnicos são «transferidos»

para Lisboa, sob alegação de excesso de pessoal, não sendo sequer publicamente dadas razões para esses afastamentos.

RESPOSTA OPERÁRIA

Uma coisa é certa. As manobras dos Agrários e de todos os que querem impedir o avanço da Reforma Agrária encontrarão pela frente a determinação dos trabalhadores, unidos e organizados, concientes da sua força e decididos a lutar e a vencer.

A resistência organiza-se já.

Hoje, segunda-feira, ha-

verá em Santarém um plenário de trabalhadores contra os saneamentos.

Amanhã (terça) terá também lugar um Plenário em Alcácer do Sal.

Transcrevemos, a seguir, o comunicado que convoca este plenário.

- Camaradas!
- Não às indemnizações aos latifundiários!
- Não ao direito de reserva aos latifundiários!
- Não às rendas!
- Não ao juro do Crédito de Emergência!
- Não aos 17 por cento de descontos para a Previdência!
- Não ao controlo da comercialização por parte do Estado!

Camaradas!
· Não ao saneamento dos nossos amigos trabalhadores do Centro de Reforma Agrária.

O que é que isto significa para nós camaradas?

As medidas que o Governo, empurrado pelos fascistas e reaccionários, tem tomado contra as nossas cooperativas, contra a nossa reforma agrária é para acabar com as nossas cooperativas.

Querem dar terras das nossas cooperativas aos patrões. Querem dar in-

demnizações aos grandes latifundiários como se eles fossem pobres.

Querem obrigar-nos a pagar rendas pelas terras das nossas cooperativas.

Querem obrigar-nos a pagar o juro do crédito de emergência e os 17 por cento de descontos a mais para a Previdência.

Camaradas:
· Hoje os fascistas e reaccionários sanearam 6 camaradas nossos do Centro de Reforma Agrária.

Depois do 25 de Novembro o Centro que nos recebia sempre em primeiro lugar, hoje deixou-nos para trás e recebem os latifundiários. Além disso sabemos que começaram a trabalhar no Centro muitos reaccionários e fascistas. Mas não é só isto camaradas!

Querem-nos controlar a venda dos nossos produtos e obrigarem-nos a

pôr o nosso dinheiro dentro do Centro.

Será para o entregarem aos latifundiários, como fez o dr. Parrança que já entregou 60 contos à latifundiária da Boa Vista, 700 aos Vacas e 300 ao general Ivo Ferreira, conhecido sabotador económico?

· Não camaradas! Isto não pode ser! Não aceitamos o saneamento dos nossos 6 camaradas! Foram eles que sempre estiveram ao nosso lado desde o início da Reforma Agrária!

· Organizemo-nos à volta dos nossos secretários! Unamo-nos contra as medidas fascistas e reaccionárias do Governo!

· Todos ao plenário na 3.ª-feira, 30, em frente ao Centro, em Alcácer do Sal!

28/3/76.

O SECRETARIADO INTERCOOPERATIVAS DO TORRÃO



OVAR

O patrão sente-se melhor e já não quer cumprir o contrato!

Por todo o País, em dezenas de fábricas, patrões tentam neste momento recuperar as posições que, durante a ofensiva popular, foram obrigados a ceder aos trabalhadores.

Estes, organizam-se e resistem a estas manobras que contam com a cumplicidade do VI Governo e da Polícia e Exército agora «reorganizados» e de novo instrumentos dóceis da dominação da burguesia.

Na **Alçada e C.ª** em Ovar, temos um exemplo do que afirmamos. Passemos, pois, a palavra à comissão de trabalhadores.

Após o 25 de Novembro cada um de nós sentiu que muita coisa se tinha alterado.

Os patrões, que até essa data eram todos «democratas», despiram a máscara e mostraram claramente aquilo que sempre foram: **exploradores e fascistas**. Alguns, que tinham abandonado as «suas» fábricas, regressaram arrogantes.

Aqui na **Alçada e C.ª** também aconteceu um caso desses. Um dos patrões, que se tinha afastado por doença, depois do 25 de Novembro «sen-

tiu-se melhor» e regressou.

A actuação «democrática» dos nossos patrões tem já um longo histórico. O último exemplo passou-se ontem.

No nosso Contrato Colectivo de Trabalho (Lanifícios) existe uma cláusula que prevê aumentos salariais a partir de Janeiro deste ano, de acordo com o agravamento do custo de vida.

Como sempre acontece nestes casos, os nossos patrões esqueceram-se de nos actualizar os salários.

Alertado pela C. T. o

gerente comprometeu-se a resolver o problema, tendo para isso pedido um prazo que lhe foi concedido.

Findo esse prazo, veio a gerência informar a C. T. que não tinha conseguido saber qual o aumento do custo de vida pelo que nada podia fazer.

Perante a insistência da C. T. o gerente resolveu telefonar para o Instituto Nacional de Estatística, de onde foi informado que esse aumento era de 16,1%.

De posse destes elementos a C. T. convocou uma assembleia de fábrica onde se decidiu reivindicar o cumprimento da referida cláusula do C. T.

Em nova reunião com o gerente, este comprometeu-se verbalmente a cumprir a lei, mas recusou-se passar a escrito esta afirmação, dizendo que para isso tinha que

reunir com os outros sócios.

qqA C. T. acedeu. E vieram os outros sócios.

Logo no início da reunião (com «100% do capital»), segundo expressão do sócio Armando Alçada) vimos que a lei mais uma vez não ia ser cumprida.

Desde a situação da empresa (que até é boa), até à comparação com outras fábricas do ramo, todos os argumentos serviram para tentarem fugir ao cumprimento da lei.

E a resposta final foi a que já esperávamos: **«NÃO, NÃO CUMPRIMOS A LEI!»**.

Perante tal resposta, a posição da assembleia de fábrica foi unânime: concedeu-se novo prazo de 24 horas e até lá os trabalhadores aguardam a resposta da administração em **GREVE TOTAL**.

Todos nós temos ple-

na consciência que a nossa luta é justa e por isso não desistiremos até conseguirmos que nos seja pago aquilo a que temos direito.

Com o mesmo problema encontram-se os camaradas da FANAFEL cujo C. C. T. é o mesmo que o nosso. A eles, apelamos no sentido de manterem uma atitude firme e decidida face às manobras do patronato.

Ontem como hoje, a luta dos camaradas da Moflax, dos Corticeiros de Lourosa, dos Enfermeiros, dos Trabalhadores dos S. M. E. A. S. e da Função Pública, da Sanimar e muitas outras, é a mesma luta: **CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, A REPRESSÃO, O FASCISMO, PELO PODER DOS TRABALHADORES, PELO SOCIALISMO!**

Em apoio desta luta, a célula de Ovar do M. E. S. emitiu um comunicado em que em dado passo afirma:

O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA apoia vivamente esta luta, pois ela representa de uma forma clara a disposição firme dos trabalhadores em não serem eles a pagar os efeitos da crise dos capitalistas, que só por estes deve ser suportada.

Agora que se aproximam as eleições, em que os partidos burgueses vão tentar iludir o povo prometendo mundos e fundos e nenhum problema das massas populares será resolvido, os trabalhadores mostram que confiam acima de tudo nas suas próprias forças, que é o mesmo que dizer que confiam acima de tudo na sua UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA.

O M. E. S. apela à solidariedade de todos os trabalhadores e de todos os antifascistas a esta justa luta.

OVAR, 26-3-76.

CONGRESSO DOS TEXTEIS

um largo passo em frente!

O I Congresso dos Trabalhadores de Têxteis, Lanifícios e Vestuário realizado no Porto no último fim-de-semana constituiu um importante marco no reforço organizativo sindical no sector (fusão de duas federações existentes) e ainda pelo programa de acção aprovado.

Prova disto foi o intenso debate registado em torno de todos os temas propostos ao Congresso desde os de ordem estritamente sindical (contração, previdência, organização, formação e informação sindical) até os temas mais gerais exigindo uma visão global (a crise económica, o controlo operário, as ligações entre o movimento sindical e os órgãos de poder popular).

Neste debate extremamente vivo e rico ficaram bem demarcadas duas concepções para a luta sindical, uma reformista (ligada ao PCP) e outra revolucionária. Vindo esta última a ser assumida pela maioria dos congressistas representantes dos mais de 300 000 operários têxteis do País.

A própria realização do Congresso constituiu já a primeira vitória dos operários que tiveram de vencer toda a espécie de tentativas de boicote à realização do Congresso da parte dos reformistas.

O I Congresso dos trabalhadores Têxteis vem demonstrar que é possível combater os reformistas e fazer vencer

posições dos revolucionários nos sindicatos desde que se trabalhe nesse sentido construindo a verdadeira unidade na acção, aquela que nasce da experiência vivida em comum na luta contra o capital e que se fortalece pelo debate interno através da crítica das posições incorrectas e do exercício da autocrítica e se saiba conduzir uma correcta política de alianças (que neste caso foi do PS à UDP passando pela FSP e Base FUT).

Este Congresso demonstrou também que existe uma alternativa revolucionária ao controlo burocrático do PC nos sindicatos operários e que é possível fazer engrossar esta corrente, claramente assumida pelos representantes dos operários têxteis. Isto porém não acontece por acaso. Acontece porque a linha agora se vem construindo na prática desde 1971 arrastando progressivamente sectores mais vastos, abrindo brechas no campo do reformismo.

Por tudo isto, os operários têm de estar vigilantes contra as manobras dos que não hesitam em cavar divisão no seu seio, que tentarão voltar à carga, e tem de saber consolidar esta vitória, levando à prática a palavra de ordem central do Congresso:

Unir e organizar para avançar, derrotando o fascismo e obrigando os capitalistas a pagar a sua própria crise.

Negando as concepções reformistas e economicistas claramente ligadas à orientação sectária e golpista do PC os trabalhadores têxteis têm de reforçar a sua unidade e organização, engrossando assim (nesta frente de luta) a frente de massas antifascista, anticapitalista e anti-imperialista que há-de deter o avanço da direita e relançar a ofensiva popular.

Que assim tem de ser prova-o o facto de a burguesia também ter querido estar presente:

O Governo fez sair dois dias antes do início do Congresso uma série de pseudomedidas reveladoras da gravidade da crise do sector e do modo como a pretende «resolver» — pela reconversão capitalista, pela miséria e desemprego para os trabalhadores.

O «Expresso» fez sair uma entrevista com o patrão Rabaça, conhecido «socialista em liberdade», presidente do Grémio no tempo do fascismo, ex-CDE, enfim um patrão com fachada de «democrata» mas que na sua fábrica em Manteigas obriga os 400 trabalhadores a assinar acordos de salários abaixo dos contratos ameaçando com o desemprego. Lá se caluniava o «chamado plano de Ofir» (proposta de reconversão do sector apresentada pelos trabalhadores ao IV Governo Provisório em Julho do ano passado em circunstâncias to-

talmente diferentes das actuais), chegando o conhecido e «democrático» explorador a meter o MES na questão. Mais: os patrões reunidos afirmavam que o plano de Ofir, isto é, as propostas então apresentadas pelos trabalhadores, se destinava a «comunicar o sector têxtil».

Se mais provas pretendessemos, esta afirmação do patronato é um autêntico «aval» na inversa: à linha que vem sendo seguida pelos trabalhadores do sector, sabendo a cada momento subordinar a sua luta económica e sindical à luta política mais geral.

Para culminar «em beleza» através dos seus agentes fascistas-terroristas destruiu à bomba parte das instalações da Faculdade de Economia do Porto, onde o Congresso se realizou (tal como já em Ofir aparecera fazendo arruaça).

Parece que não é só aos reformistas que não interessava o I Congresso!

Pela sua importância justificar-se-ia a transcrição total das conclusões. Na impossibilidade de o fazer, por falta de espaço, transcrevemos a seguir breves resumos das conclusões sobre dois dos temas de maior importância tratados neste Congresso: o «Controlo Operário» e a «Luta contra a reconversão capitalista do sector feita à custa dos trabalhadores».

«Para eles, milhares de famílias sem pão significam que nada, o que importa é que eles, os patrões, sem sobresaltos, sem problemas, tenham os seus milhares de contos ao fim do ano, sempre certos!»

«Esta é a perspectiva capitalista. Quem sofrerá com ela serão os trabalhadores, como aliás já está acontecendo (desemprego, descida do nível de vida, repressão, etc.).»

«Na perspectiva dos trabalhadores, de progresso, a reconversão far-se-á baseada numa forte intervenção estatal controlada pelos trabalhadores. Implicaria uma planificação dos recursos e da produção, o controlo operário generalizado e um controlo sobre a iniciativa privada.

«Que alterações interessam aos trabalhadores?»

«Na realidade, para os trabalhadores, que alterações interessam para o sector?

«a) As que garantam o trabalho a toda a gente neste ou noutros sectores; isto é, manutenção dos postos de trabalho e garantia dos salários contratuais.

«b) As que trouxeram condições de trabalho, acabando com a dureza das tarefas a que estão sujeitos; isto é, melhoria das condições de trabalho.

«c) As que permitam produzir para o Povo português o que ele precisa, a baixo preço e boa qualidade; isto é, reorganização da produção numa perspectiva socialmente útil.

«d) As que nos permitam escolher os nossos compradores ou vendedores, segundo as melhores condições de oferta e portanto, numa via de independência da economia nacional; isto é, reorganização do comércio externo, numa via de verdadeira independência nacional (não confundir com a papagueada dos laçaios do imperialismo).»

«e) As que garantam a existência de pequenas e médias empresas, livres dos grandes capitalistas; isto é, apoio à pequena e média empresa numa perspectiva planificada.

«f) As que defendam intransigentemente as empresas em autogestão, cooperativas e sob intervenção do Estado; isto é, apoio às lutas dos trabalhadores em autogestão, etc.

«g) As que promovam a formação de quadros técnicos têxteis, que assegurem o desenvolvimento do sector, defendendo as classes trabalhadoras, e o Povo em geral, isto é, numa perspectiva socialista, ou seja, formação profissional.

«Em síntese:

«Aos trabalhadores não interessa a reconversão ca-

pitalista que trará sobretudo desemprego e miséria.

«Os trabalhadores continuarão a lutar pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, sabendo embora que só uma reconversão socialista poderá permitir tirar o sector da crise em que se encontra e melhorar real e duradouramente o nível de vida e as condições de trabalho.

«Os trabalhadores responsabilizarão o Governo e o patronato pelo agravamento da crise do sector, com consequente agravamento do desemprego e pela recusa na aplicação das propostas dos trabalhadores, bem como a tentativa da sua recuperação em pontos específicos.

«Os trabalhadores avançarão decididamente no controlo operário, via decisiva para o avanço da luta.»

CONTROLO OPERÁRIO

«O controlo operário significando a imposição ao patronato de regras e princípios de actuação contribui decisivamente para a luta contra a sabotagem económica e pela manutenção dos postos de trabalho.

«Como vigilância revolucionária que é, o controlo operário apontará para uma verdadeira libertação a todos os níveis (social, económico e político) em que a produção se oriente para a satisfação das necessidades do Povo e não para o lucro.

«A luta económica, só por si, não põe em causa a exploração mas unicamente o seu grau. Há por isso a necessidade de subordinar a luta no campo económico à luta pelo fim da exploração.

«Para que se avance no sentido de um controlo verdadeiramente operário duas condições se têm de preservar:

«1. Não nos deixarmos arrastar para situações de autogestão.

«2. Que a comissão encarregada do controlo nunca deixe de ser da total confiança dos trabalhadores, não se lhe permitindo a transformação numa espécie de «novo patrão».

«É assim que, através de um efectivo controlo da empresa pelos trabalhadores, em que a vontade preponderante seja a dos operários, todos os trabalhadores sentirão na prática a necessidade de uma verdadeira reconversão.

«Assim se mobilizarão mais activamente para esta questão, compreendendo que só através de uma alteração profunda da situação actual do sector e com a sua participação, poderão ultrapassar finalmente os graves problemas que hoje se lhes colocam.»

NÃO à reconversão capitalista feita à custa dos trabalhadores!**«Introdução**

«1 — O desemprego é uma consequência do sistema capitalista de exploração. Nos países socialistas não há desemprego ao contrário dos países capitalistas, mesmo os mais «prósperos», onde hoje em dia existe uma grave crise que provoca desemprego, subemprego, trabalho a meio tempo, etc.

«2 — Só a construção do socialismo pode levar à eliminação do desemprego e à reconversão socialista da economia.

«Até lá lutaremos pelo direito ao trabalho, contra o desemprego, tanto ao nível da fábrica como do aparelho de Estado (Governo, Ministérios, etc.).

«A crise do sector é uma crise de fundo, estrutural, independentemente das flutuações conjunturais, isto é, de «estação».

Os seus reflexos mais salientes são: — dependência de um pequeno número de países em termos de mercado externo; — parque de máquinas desactualizado com lacunas utilizado muito abaixo da sua real capacidade.

«Contra esta crise têm sido os trabalhadores os únicos a combater de um modo consequente, nomeadamente através da luta contra a sabotagem do patronato.

«Após o 25 de Novembro os trabalhadores vêm com

muita preocupação a resolução dos seus problemas e o futuro do sector, e avolumam-se os perigos de desenvolvimento em massa.

«Reconversão a favor de quem e à custa de quem?»

«O significado das alternativas que se colocam

«1. A reconversão far-se-á.

«Mas que reconversão?»
«O patronato vai tentar realmente modificar alguns aspectos do sector, nomeadamente comprando novas máquinas se lhe for emprestado dinheiro (mas não vai com certeza vender os aviões e automóveis) — provurando organizar as empresas de forma mais racional, aumentando a produtividade, incentivando a

formação de técnicos têxteis que procurem retirar das empresas o maior lucro possível para o patrão!

«Isto é, a reorganização capitalista é igual a desemprego!»

«Já em 1973, o Governo fascista e o patronato têxtil propuseram a reorganização do sector, já nessa altura a situação era difícil.

«Só que a sua «reorganização» é feita contra os trabalhadores e com mira apenas no maior lucro!»

«Assim, num grande plano onde quase tudo estava previsto nada diziam sobre o que fazer aos milhares de desempregados que essa «reorganização» ia produzir.»

“O povo tem de escolher o povo tem de decidir ou ser vencido ou vencer ou recuar ou resistir”

OBIDOS — Comitês de Resistência Popular

Somos uma organização de trabalhadores que, na nossa região, resolvem descruzar os braços e lutar contra a corja de canalhas que quer voltar a entregar a nossa terra aos capitalistas e aos fascistas.

Somos trabalhadores de Obidos! Nós, que todos os dias trabalhamos para ganhar o pão que comemos, não podemos permitir que os fascistas levem a cabeça e andem por aí todos contentes a prégar a doutrina dos ricos e dos exploradores. E vê-los! Quem é que andou a enganar trabalhadores explorados, levando-os a cortar árvores e fazer barreiras nas estradas na véspera do 25 de Novembro? Quem tirou olhos que olhe para os seus carros e as suas quintas, que não são pequenos! Mas nós conhecemos já muitos deles, directamente implicados e não tardaremos a pôr os seus nomes à mostra! Não somos parvos! Desta vez vamos organizar-nos e daremos conta das suas manobras. Não deixaremos de mostrar ao povo as intenções que os animam e avisamos todos os trabalhadores: pequenos agricultores, operários, trabalhadores do campo, que não devem deixar-se enganar com as suas promessas! Os resultados da política deles já estão à vista e serão ainda mil vezes piores. Um trabalhador é sempre um trabalhador! Não pode portanto enganar os da sua classe, não pode ser traidor!

A nossa organização está a crescer cada vez mais e, mesmo aqueles que se deixaram enganar, benvidos se aprenderem a resistir!

Em princípio dirigimo-nos apenas àqueles camaradas que sabemos estarem já conscientes e apelamos para que se juntem a nós defendendo o nosso programa de luta. Mais tarde entraremos em contacto directo com as massas populares do nosso Concelho.

Não somos uma organização partidária, mas aceitamos no nosso seio todos os militantes de

partidos de esquerda que aceitem o nosso programa de luta e apoiarem também todos os partidos de esquerda que souberem defender em cada momento concreto os nossos interesses de trabalhadores explorados que somos assim como denunciaremos aqueles que, dizendo que nos defendem, não façam mais do que defender os interesses deles.

A que é que temos estado a assistir? Em 25 de Novembro,

Hoje os meios de Comunicação Social estão de novo nas mãos da burguesia que os utiliza para enganar o povo criando as condições que lhe permitam manter a sua ditadura exploradora e oprimida.

A rádio (e o famigerado noticiário único), a TV e os jornais estatizados, pluralisticamente repartidos pelos partidos burgueses vomitam as suas notícias, desinformam e manipulam com um significado de classe muito claro.

A política oficial para a informação é a MENTIRA

Neste contexto, lutar pela verdade é uma tarefa revolucionária. É indispensável desenvolver a Imprensa popular, ao serviço dos trabalhadores, da sua luta e da sua organização. Temos de desmascarar as «verdades oficiais» com que pretendem intrujar-nos. Temos de denunciar a política de miséria e repressão que pretendem impor-nos sob capas de democracia, de ordem ou de progresso.

Exemplo de Imprensa Popular no sentido do que atrás afirmámos é o **Baluarte**, jornal de Peniche que ao longo de 27 números se bate pelos interesses dos explorados daquela zona, divulgando os seus problemas, propagando as suas lutas.

Dele transcrevemos o programa de luta dos **Comitês de Resistência Popular da Região de Obidos**.

os reaccionários esmagaram as conquistas que os trabalhadores conquistaram desde o 25 de Abril com as suas lutas. Dizem eles na Televisão, na Rádio e nos jornais que o 25 de Novembro foi um golpe da esquerda revolucionária! Eles julgam que andam a enganar bebés, como se a gente não soubesse o que aconteceu depois! Os militares revolucionários que nos defendiam foram presos e os «pides» foram soltos! Os jornais progressistas foram calados e homens que diziam a verdade foram expulsos às centenas dos seus empregos! Eles tentam destruir a or-

vem lá uns políticos engratados vomitar mentiras para a gente engolir! Não é não! Só os trabalhadores é que defendem os trabalhadores!

Por isso nos organizámos aqui, tal como está a acontecer em todo o País e criámos um programa de luta que se pode resumir em três pontos:

Ponto 1 — Lutar contra o avanço da repressão capitalista.

Ponto 2 — Lutar contra as consequências da reconversão capitalista da economia.

Ponto 3 — Lutar contra a informação reaccionária.

RESISTIR PARA VENCER!

CASAL VENTOSO Judicária espanca trabalhadores

O Casalense é uma colectividade de bairro onde se reúnem muitos moradores do Casal Ventoso.

Constitui um local de encontro onde ao fim de um dia de trabalho, o povo pode conviver, conversar ou ver um filme.

Na sexta-feira a projecção de um filme musical foi brusca e brutalmente interrompida pela entrada de vários indivíduos de paisana e armados:

«Todos de mãos no ar seus filhos da puta, senão levam um tiro nos cornos! Atenção que é a Judicária.»

A malta intimidou-se — conta-nos um elemento da direcção do clube, que estava presente naquela altura. A princípio pensámos que fosse um assalto, pois vinham todos à paisana. Houve mesmo muita gente que escondeu os relógios nas meias.

Um rapaz indignado, gritou: «não pode ser! Isto é nosso». Como resposta, imediatamente um dos homens apontou a arma e meteu bala na câmara. O rapaz foi algemado.

A confusão era enorme. A projecção do filme fora interrompida. Duas mulheres desmaiaram e os miúdos que ali são sempre em grande número, estavam todos aos gritos.

Os guardas fizeram sair toda a gente para

a rua e mandaram-nos entrar para duas carrinhas que tinham trazido — contam-nos frequentadores do Casalense — levaram-nos para a esquadra da Joaquim Bonifácio. Note-se que não aceitaram as identificações que quisemos apresentar-lhes. Não estava aliás presente nenhum marginal. Tudo gente que trabalha!

Os populares do Casal Ventoso continuaram a contar-nos o que se passou:

O rapaz que ia algemado, ao pedir que lhe aliviassem as algemas, ainda lhas apertaram mais.

Um outro, indignado com aquilo, afirmou «Isto não pode ser, que ele não é nenhum assassino!».

Perguntaram — quem é que falou em assassino?

— Fui eu!

Desataram-lhe ao soco.

Ao outro, levaram-no para uma sala e sete ao mesmo tempo puseram-se a aviar nele, com matracas, a soco e a pontapé.

Nestas ameaças e agressões todos eles participaram distinguindo-se nos espancamentos um deles, que o próprio subchefe disse ser um ex-capitão dos Coman-

dos. Este sádico chamava aos trabalhadores, dispostos em fila e em sentido, um a um e ia-lhes aviando com grande satisfação.

A um, por exemplo, chamou-o dizendo: «Vamos dar um passeio». A certa altura um outro afirmou — «este matou um polícia».

Encostaram-lhe uma arma à cara e desataram a aviá-lo. Já depois de caído deram-lhe um pontapé na boca. Por fim dizia-lhe: «Isto é para não andares a roubar». De pouco lhe servia protestar que era tipógrafo e mostrar mesmo a folha de pagamento.

Não tendo nada contra os honestos homens de família e rapazes trabalhadores, soltaram-nos às quatro horas da manhã, obrigando-os a ir a

os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

«Eu sei lá» — hesitou um. «Talvez seja para nos meterem medo, para nós não nos metermos em política, eles agora querem ver se isto volta ao que era antes do 25 de Abril.»

Os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

«Eu sei lá» — hesitou um. «Talvez seja para nos meterem medo, para nós não nos metermos em política, eles agora querem ver se isto volta ao que era antes do 25 de Abril.»

Os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

«Eu sei lá» — hesitou um. «Talvez seja para nos meterem medo, para nós não nos metermos em política, eles agora querem ver se isto volta ao que era antes do 25 de Abril.»

Os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

«Eu sei lá» — hesitou um. «Talvez seja para nos meterem medo, para nós não nos metermos em política, eles agora querem ver se isto volta ao que era antes do 25 de Abril.»

Os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

«Eu sei lá» — hesitou um. «Talvez seja para nos meterem medo, para nós não nos metermos em política, eles agora querem ver se isto volta ao que era antes do 25 de Abril.»

Os tipos disseram que

Perguntámos aos camaradas do Casalense o que pensavam daquilo tudo. De quais seriam os objectivos de tais actos terroristas.

nós tínhamos cá armas e droga mas a bem dizer não passaram sequer busca. Se eles quiserem procurar essas coisas sabem muito bem onde as

hão-de encontrar, que não é de certeza numa colectividade popular como o Casalense. E eles sabem-no bem — que

isto...

A actuação deles até interessa à direita. Aqui na zona tivemos conhecimento de que elementos da direita tiveram reuniões com marginais. E foi a partir daí que a actividade destes aumentou...

Mas não ficará por aqui a resposta popular. Na próxima terça-feira terá lugar uma reunião intercolectividades para decidir as medidas a tomar.

O que se passa no Casal Ventoso é um caso exemplar que diz respeito a todos os explorados.

Temos que nos organizar e unidos como um só, mostrar que não temos medo e que recorreremos às formas de luta que forem necessárias...

O que eles querem, neste momento, é assustar-nos e desmobilizar-nos.

É preciso que o tiro lhes saia pela culatra.

Temos que divulgar amplamente o que se passou para que a ninguém restem dúvidas sobre o que nos espera a todos se permitirmos que a burguesia avance.

Só a nossa resposta firme pode deter a onda de violência que as «forças da ordem» são as primeiras a alimentar.

Denunciemos a violência fascista do Poder burgues!

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

rem é habituar-nos a comer e calar, e usam essas desculpas.

MARGINAIS REUNEM COM ELEMENTOS DE DIREITA

Entretanto, aos marginais prendem-nos e soltam-nos. Porque? Talvez para terem pretexto para

Porque assaltar o nosso Pavilhão? Quem o terá feito?

O Pavilhão é sinal da nossa luta, do nosso esforço de organização, da nossa vontade de querer acabar com a exploração e conquistar casas decentes para todos.

Foi com o estorço de todos que o pusemos de pé e que o vamos pondo cada vez mais ao nosso serviço.

Portanto, ASSALTAR O NOSSO PAVILHÃO NÃO É SÓ UM ROUBO, que poderia ser grave

Por ordem do tribunal do Seixal foi no dia 26 desocupada a cooperativa de produção «Padaria Vitória Popular» — em Fernão Ferro.

O edifício encontrava-se desocupado há 7 anos quando o povo de Fernão Ferro o ocupou e constituiu a cooperativa.

Apesar de ter sido legalizada a sua constituição, hoje com o auxílio da GNR os senhores da Panificadora Central do Seixal invadiram-na e mandaram substituir as fehaduras, e os dísticos populares foram apagados. Diziam:

— Viva o Poder Popular — Padaria do Povo, Vitória Popular, e outros.

O Fascismo avança contra o Poder Popular! Defendamos as ocupações!

Resistir e organizar as massas contra o avanço da direita!

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

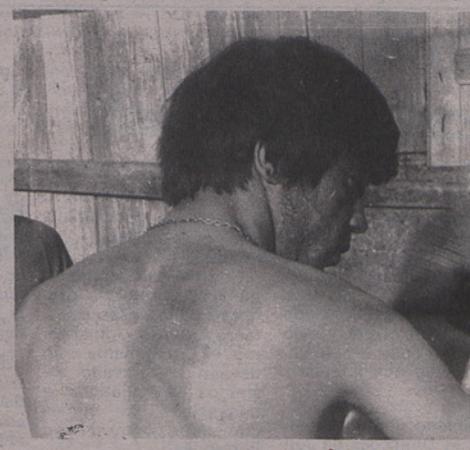
Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Os populares ali reunidos aprovaram uma moção em que narravam os factos, repudiam esta acção terrorista e decidiram denunciá-lo à Imprensa.

Estivemos no Casalense no sábado à noite. Os ânimos estavam ainda bastante agitados pela actuação dos desordeiros da Judicária.

Poder Popular 7



QUINTA DAS FONSECAS

Quem tentou roubar o pavilhão

Na madrugada do dia 22, pelas 3 h tentaram assaltar o nosso Pavilhão.

Um morador do nosso bairro, o Manuel Valente, quando se dirigia a sua casa, viu junto ao Pavilhão um grupo de cerca de 5 homens e um carro. Pensando tratar-se de moradores do Bairro, embora estranhando bastante que àquela hora o Pavilhão ainda estivesse aberto, resolveu dirigir-se para lá. Já quando mais perto percebeu que não conhecia nenhuma das pessoas, embora uma tenha escondido a cara.

Pensou então tratar-se de um assalto e continuou a andar, dirigindo-se imediatamente a casa do Machado avisando-o do que se estava a passar.

Correndo para o Pavilhão (ao mesmo tempo que se avisavam outros membros da Cooperativa) já não se encontrou ninguém pois tinham partido apressadamente num Cortina amarelo e deixando a porta sem fechadura.

Faltou pois pouco para concretizarem os seus intentos — assaltar o nosso Pavilhão.



TAXIS — um conflito que pode dar muito que falar

O conflito que neste momento atinge os taxistas poderá ainda dar muito que falar.

O «processo reivindicativo» conduzido pelos taxistas retornados (todos eles proprietários, ao menos de uma viatura) veio colocar algumas questões.

A primeira é a questão «das liberdades» — quem as tem e quem as não tem?

Enquanto que uma greve e concentração de operários da construção civil foi acusada de «sequestrar» o Governo (e só não reprimida porque não havia na altura quem a tal se prestasse), não vimos que a concentração dos proprietários de táxis angolanos, acompanhados das suas viaturas fosse acusado (pelo Governo, jornais de direita, etc.) de perturbar a ordem e a democracia.

É também curioso notar a atitude «compreensiva» das forças policiais. Tornava-se mesmo cómico ver como eles ao fazer barreiras (agora habituais) em frente a S. Bento por ocasião de várias manifestações que ali se dirigiram (enfermeiros, função pública, etc.) se metiam no meio dos táxis, misturando-se com os taxistas, «entre amigos», fazendo (juntos?) frente aos trabalhadores manifestantes.

RETORNADOS — DESGRAÇA OU PRIVILÉGIO?

A reivindicação dos taxistas tem sido apresentada frequentemente como «luta pelo direito ao trabalho». Que pensar disto?

Ninguém tem dúvidas que os retornados tem de ser integrados na sociedade portuguesa em igualdade de circunstâncias com os que sempre aqui estiveram.

Estamos de acordo em que tem de ser ajudados transitivamente, já que a sua situação específica lhes traz problemas graves.

Já não concordamos — e nisso estamos com a indignação que sentem os que sempre aqui estiveram — quando vemos, face a problemas e situações semelhantes, os retornados passarem à frente dos outros, gozando de verdadeiras situações de privilégio!

Quanto ao problema do desemprego, por exemplo, é ou não verdade que é um problema geral que atinge retornados e não retornados? Tem ou não de ser globalmente resolvido? Havia ou não 100 mil desempregados em Portugal quando chegaram os primeiros retornados?

Como compreender — e aceitar — então, que na procura de empregos os retornados passem à frente dos outros?

O problema que agora se levantou com os táxis é semelhante. Trata-se de uma actividade em que o número de alvarás é limitado. Não vamos agora discutir se devia ser assim ou não. O que é certo é que centenas de motoristas estão inscritos em longas listas há 5 ou 10 anos esperando obter o direito de colocar um carro na praça.

Assim, parece que quanto aos retornados, «estar em igualdade de circunstâncias» seria, muito simplesmente, ir para a bicha.

Mas não o entendem assim os taxistas retornados. Tentam a jogada oportunista a ver se pega, com a benção das forças da direita. Ameaçam por os táxis a circular sem alvarás.

E agora já não se trata de «ocupação selvagem», de «oportunismo», de «pressões inaceitáveis sobre o Governo e seu almirante». Não! É uma luta inocente, de «gente de bem», que só quer é trabalhar!

OS PREJUDICADOS ACEITAM

De tudo isto, uma conclusão que só para alguns terá sido inesperada. O Governo decide atribuir os alvarás aos retornados que assim passam à frente de todos quantos para esse efeito estavam inscritos há muitos anos.

Como é natural, os prejudicados não gostaram. Os taxistas do Porto paralizavam espontaneamente. O mesmo fizeram os de Lisboa na quinta-feira à noite. Na Avenida da República junto à Av. Visconde Vamonde funcionava a sede do Sindicato dos Rodoviários concentravam-se várias centenas de táxis.

A situação aí era confusa e tinha aspectos curiosos. Um deles era a posição comum de todos

— Patrões e motoristas no repúdio à decisão Governamental.

Dizia um proprietário de vários táxis: «Hoje chegou-me lá um motorista a dizer que não ia trabalhar e que vinha ao sindicato. Respondi-lhe logo: não trabalhas não senhor, e eu vou contigo».

Aliás é sabido que quanto a este assunto já tinha havido entendimentos entre sindicato e Grémio. E isto não será muito de estranhar já que todos são prejudicados.

O SINDICATO ESTÁ DE ACORDO (17)

Entretanto perante o espanto dos associados o sindicato aceitou a concessão dos 650 alvarás.

Em comunicado, a direcção «alertava» contra aquilo a que chamava

manobras reaccionárias para lançar a confusão e nos fazerem voltar à situação anterior, anulando as conquistas alcançadas».

O comunicado afirmava ainda:

«Optou-se, assim, pela atribuição individual das licenças em causa, tendo a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações consultado para o efeito a Federação dos Sindicatos Rodoviários e os Sindicatos de Lisboa e Porto, que se mostraram desde logo cooperantes nas soluções a encontrar desde que não prejudicassem os seus associados do Continente».

«Era possível que entre as centenas de pessoas presentes houvesse «provocadores» (como referia novo comunicado no dia seguinte). Simplesmente era difícil aos motoristas ali reunidos-

perceber como é que a concessão dos alvarás «não prejudicava os associados do Continente».

Assim não admira que tenham surgido muitas vozes a atacar o sindicato, e que tenham encontrado grande aceitação entre os presentes.

A concentração prolongou-se pela madrugada fora, tendo-se na sexta-feira realizado uma concentração em Be-

lém, tendo o PR recebido a direcção do sindicato, e do organismo representativo dos industriais.

Em Plenário, os motoristas decidiram aguardar a posição dos industriais para tentar chegar a uma plataforma no sentido de iniciarem uma greve de protesto.

Por enquanto, o conflito mantém-se, pois, em aberto. E ainda poderá dar muito que falar.



COMERCIO EXTERNO

O capital é quem mais ordena!

A quem interessa que o Ministério do Comércio Interno não funcione?

Numa sociedade capitalista, em que o móbil da actividade económica é o lucro, uma política de abastecimento ao serviço dos trabalhadores não interessa a todos os que vivem à custa do trabalho alheio, os parasitas, os intermediários, etc.

Um Ministério do Comércio Interno a funcionar segundo os moldes para que foi concebido, garantir um abastecimento eficaz dos bens essenciais e a manter os preços baixos, ou pelo menos a não permitir que subissem escandalosamente, vai contra os interesses que serve o dr. Magalhães Mota.

Só assim se explica que, dede que lhe foi oferecida a pasta do Comércio Interno, ele se tenha esmerado em impedir os serviços de funcionar. Ele sabe o que está a fazer e que interesses serve.

Começou por suspender as Direcções da Junta Nacional dos Vinhos (podiam atacar mixordeiros), Junta Nacional dos Produtos Pecuários (tinham comprado carne a preços que não permitiam que os especuladores ganhassem o que costumavam) e Comis-

são Reguladora do Comércio do Bacalhau (o Tenreiro de certeza que não gostava deles).

Demitiu o Director-Geral de Finscalização Económica e proibiu o programa de televisão de Pitucas Antunes «Afinal como é?» (realmente não deviam ter atacado assim os especuladores e denunciado os crimes cometidos contra o Povo Português!).

Tentou depois, e praticamente conseguiu, impedir que a Direcção-Geral de Preços tivesse acção contra a alta do custo de vida. A quem prejudicava esta acção?

Agora por último sus-

pendem os trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno que participaram durante 15 minutos, fora das horas de serviço, numa reunião que o dr. Magalhães Mota só proibiu meia-hora depois de ter começado.

É verdade que nesta reunião os trabalhadores da DGCI se declararam em oposição à política anti-popular do Ministério do Comércio Interno.

A propósito, porque é que o dr. Magalhães Mota tenta impedir que os serviços do Ministério que lhe foi entregue funcionem?

FRITELÁ — fábrica fechada pelos patrões

A FRITELÁ é uma pequena empresa de malhas da Amadora — quatorze trabalhadores constituem a empresa. Quatorze trabalhadores que como milhares em todo o País, lutando contra a fome e a miséria e perante o atraso do pagamento dos salários tomaram nas suas mãos o fruto do seu trabalho — a fábrica.

Mas uma manhã, quando

pretendiam começar o dia de trabalho, os trabalhadores da FRITELÁ verificaram que, desde o telefone às tesouras desde as máquinas até às confecções, tudo tinha desaparecido. Teria sido uma audaciosa quadrilha de assaltantes ou um golpe de magia, NADA DISSO! Apenas os ex-patrões que «nas calmas» vieram de noite e roubaram

o que não lhes pertencia, lançando no desemprego mais quatorze trabalhadores a juntar aos milhares e milhares de desempregados que existem por esse Portugal fora.

Era uma empresa à beira da falência — a força dos trabalhadores transformou-se numa cooperativa de produção em seis meses de

luta! Agora, é uma casa triste, de salas vazias.

As «Fritelás» são cada vez mais neste Portugal.

Que faz o Governo? Será este o socialismo português?!!

UNIDADE RESISTÊNCIA E LUTA!
(retirado do «Avançar!», boletim do MES da zona de Sintra).

TÉCNICOS DE REPRESSÃO...

Os jornais de sábado último informavam secamente a formação de uma Força de Intervenção da PSP, cujo período de «instrução» terminara.

Essa força é-nos definida como empregando maiores efectivos e meios mais sofisticados ao serviço do que se chamou por «técnica da manutenção da ordem». O seu comandante, major Coimbra, pretendeu no entanto que «tal não se pode considerar ou designar por repressão pois a defesa dos direitos de uma comunidade só malevolamente se pode designar por repressão».

Mas que comunidade? Será que patrões e operários tem comunidade de interesses e aspirações? Os interesses e aspirações dos capitalistas e da burguesia não são manter o capitalismo e a exploração? E para isso não precisarão de reprimir as aspirações dos trabalhadores, a luta pelo socialismo?

Anunciaram-se também os princípios a que todo o agente destas forças (do seu número é, para já, de 400) deve obedecer: «Ser respeitador estrito da legalidade; ter humanidade e civismo; ser técnico da manutenção da ordem».

Eis, assim, mais uma medida que a burguesia e o seu governo tomam para se irem munindo dos instrumentos necessários ao seu predomínio, ao fortalecimento crescente a que aspiram, para que a sua dominação se possa exercer de facto, não só ideologicamente (imprensa, TV), não só economicamente (exploração nas fábricas e nos campos), mas também pela repressão directa, nos próprios momentos em que os trabalhadores se erguem contra essa dominação.

O espírito a que obedeceu o «treino» destes 400 técnicos da ordem (do capital), segundo os princípios da obediência e disciplina, e que se traduz na divisa com que respondiam ao comandante



...de novo connosco

que os interpelava com as perguntas de «Porquê nos orgulhamos de pertencer às Forças de Intervenção da PSP?» e «Porquê a legalidade da nossa actuação?» gritando em coro lacaio — «Por maioria de razão!» (que só a maioria das G-3 neste momento lhes confere); o seu equipamento de bastão, espingarda de guerra, capacete e viseira, escudo, colete à prova de bala; o discurso do comandante (um novo Maltês?) pretendendo que «Vocês são os pilares fundamentais sobre os quais assenta a possibilidade da vida democrática no País»; tudo isto revela claramente a reconstituição da famigerada Polícia de Choque fascista (melhorada até!). Para quando a Polícia Política?

B.I.A.F. — manobra da direita?

Tendo surgido em alguns jornais uma notícia em que se divulga um documento subscrito por um autodenominado «Brigada de Intervenção Anti-fascista» que se propõe executar os contra-revolucionários, destruir sedes de partidos burgueses e «institucionalizar o Poder Popular», julga a Comissão Política do MES necessários os seguintes esclarecimentos:

1. O MES apresentou a sua candidatura às eleições para a Assembleia da República sob a palavra de ordem «Unidade do Povo, contra o Fascismo e pelo Poder Popular».

2. O MES sempre lutou pela defesa do processo revolucionário, pela defesa do Poder Popular como caminho para a restauração da democracia e liberdades autênticas a que o povo português legitimamente aspira.

3. O Poder Popular que o MES defende nada tem a ver com o terrorismo que os revolucionários e o povo não utili-

zam como método de acção.

4. O MES denuncia o aparecimento desta «brigada de intervenção» como uma provocação. O facto de tal comunicado da «B. I. A. F.» vir assinada por um nome espanhol — Raul Martinez — prova a grosseria de tal provocação que se enquadra na campanha reaccionária que semanas atrás propalou a atoarda da «invasão dos cubanos».

Quem se serve do Poder Popular para propor o terrorismo não são os revolucionários, são as forças de direita e o fascismo.

Procura-se assim confundir o povo, denegrindo o poder popular e, neste momento, a candidatura do MES que consequentemente defende a alternativa do Poder Popular!

Hoje, quando as forças da direita e do fascismo preparam o terreno para liquidar as conquistas populares e instaurar novas formas de ditadura, o MES apela à vigilância

contra todas as provocações dos inimigos do Povo que, como esta, visam comprometer os revolucionários em acções que fazem parte do processo de desestabilização da nossa vida política nacional.

Lisboa, 29.3.76

A Comissão Política do C. C. do M. E. S.

LIBERTADO O «PIDE» QUE ASSASSINOU ALEX

Notícia de última hora indicamos que foi libertado sob caução o «pide» José Gonçalo, assassino de Alex e cúmplice no assassinato de Dias Coelho, destacados militantes comunistas. Isto não pode ficar sem resposta! Mobilizemo-nos!

BREVE

desordem e disciplina

Foi num sábado à tarde — discutia-se junto à estação — o tema era Angola.

Um retornado (daqueles reaccionários que todos conhecemos) expunha as suas teorias. A discussão aquecia...

Chegam os Comandos, retiram dali o retornado e... levam preso para a esquadra um dos adversários de discussão do retornado «protegido». O povo que se junta protesta e o «comando» que comandava o jipe ameaçou passar o povo «a ferro». É esta a democracia de Jaime Neves e «munchos»...

Valadrão deixou-nos...

Ramiro Valadrão resolveu juntar-se aos amigos, dos quais se encontrava há uns tempos separado, e assim fugiu para o Brasil.

As forças progressistas respiraram de alívio com mais esta fuga pois ao menos a presença deste rato não será mais uma preocupação a juntar às muitas que a situação actual oferece.

Assim, se evitou que o ladrão Valadrão fosse libertado por não terem sido encontradas provas da sua responsabilidade nos actos do regime fascista ou de participação na «Inventona» de 11 de Março.

telegrama dos Açores

Democratas açorianos — stop — congratulam-se com criação de nova polícia de choque (democrática) — stop — e solicitam que seja enviado para aquelas ilhas — stop — um contingente da mesma.

ainda o Centeno guarda-costas de Soares e não só...

«O Poder Popular» referiu, no número do passado dia 4 de Março, a prisão de um tal João Centeno, moedeiro falso e também guarda-costas de Mário Soares. Noticiámos que esse fulano tinha sido preso, depois de receber a polícia a tiro e estranhámos que nenhum jornal tivesse referenciado o facto.

Ao fim de 20 dias o «Diário de Lisboa», primeiro e depois o «Diário Popular» contam a história do tal Centeno, que também estaria implicado no fornecimento de armas aos assaltantes da Standard Eléctrica.

Estranhamente nenhum dos jornais referia o nome do Partido Socialista no qual o tal Centeno estava filiado. E a notícia corria nos meios jornalísticos há já bastante tempo, sendo sobejamente conhecido que o Centeno pertencia ao Partido Socialista.

Graças ao 25 de Novembro, nos jornais da nossa praça, pode fazer-se censura interna.

Até no «Diário de Lisboa»!...

SEGUROS-pela reestruturação sob controlo operário!

Saltando de gaveta para gaveta no Ministério das Finanças, durante o IV e V Governos, o projecto de reestruturação dos seguros acabou por ser lançado para o lixo pelo VI Governo e foi substituído por um decreto-lei que institucionaliza a autonomia jurídica e financeira das companhias nacionalizadas e consolida a estrutura capitalista do sector.

A Direcção do Sindicato ao convocar, em 13 de Janeiro, só 4 meses depois de tomar posse, a primeira Assembleia Geral para discussão da reestruturação, impede objectivamente a mobilização dos trabalhadores para a transformação dos seguros. Aqui como noutras questões a Direcção desempenhou meticolosamente o papel que a burguesia lhe atribuiu, convocando a 2.ª sessão daquela Assembleia para 3 semanas mais tarde e a 3.ª para quase 2 meses depois.

Nesta última assembleia, realizada no passado dia 22, com um pequeno número de trabalhadores foi aprovada uma proposta que pode representar

um avanço se os trabalhadores se unirem na luta para a pôr em prática.

PROPOSTA

— Considerando que a apresentação de um projecto acabado nos seus aspectos técnicos e organizativos não tem sentido sem definir os princípios políticos essenciais a que a reestruturação terá de obedecer numa perspectiva de luta pelo Socialismo.

— Considerando que esses princípios e as respectivas consequências são as seguintes:

1. — Satisfação das

necessidades reais das massas populares: a prevenção e a segurança no trabalho nas fábricas, nos campos e nas empresas, na habitação, nos meios de transporte, nos tempos livres, deve ser a função dominante e prioritária;

2. — **Independência Nacional:** nacionalização das companhias mistas; limitação numa 1.ª fase da actividade das estrangeiras aos seguros de natureza não social ou colectiva, sempre subordinada aos objectivos nacionais, e proibição numa 2.ª fase; criação dum pleno nacional; intercambio do resseguro na base de reciprocidade e interesse mútuo, privilegiando as relações com o 3.º Mundo e, particularmente, estabelecendo acordos com as ex-colónias.

3. — **Desmantelamento das estruturas capita-**

listas: preparação das condições com vista a uma reintegração no planeamento socialista; transformação profunda das relações de trabalho e da divisão do trabalho; rejeição do lucro como objectivo e sua substituição pela noção de excedente social planeado à escala de toda a economia; fixação dos prémios e tarifas segundo critérios de prioridade do ponto de vista das necessidades colectivas dos trabalhadores; cessação dos aspectos parasitários da função dos mediadores e sua integração e reclassificação.

— **Controle operário do sector de seguros à escala nacional:** interferência organizada dos trabalhadores de seguros e de todos os outros sectores, na gestão e no planeamento, por forma a garantir uma direcção e uma hegemonia proletária, através das Comissões de Trabalhadores e

de Moradores e dos seus órgãos de centralização.

5. — **Garantia efectiva do direito ao trabalho:** reclassificação não burocrática nem administrativa dos trabalhadores de seguros nas novas funções exigidas pela reestruturação.

PROPÕEM OS TRABALHADORES DE SEGUROS EM ASSEMBLEIA GERAL DO SINDICATO DO SUL:

1. — Criar um grupo de trabalho, ratificado em Assembleia Geral, composto por trabalhadores que se identifiquem na prática com os princípios enunciados, o qual deverá elaborar um projecto que terá em conta todos os contributos que não sejam contraditórios com aqueles princípios;

2. — Que o referido projecto seja apresentado em Assembleia Geral no prazo máximo de 30 dias;

3. — Lutar pelo reforço e centralização das Comissões de Trabalhadores com vista a pôr em prática o controlo operário.

PELA REESTRUTURAÇÃO AO SERVIÇO DOS INTERESSES REAIS DE TODOS OS TRABALHADORES!

NÃO A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO!

SIM AO CONTROLE OPERÁRIO!!!

INE — não à ocupação policial

Com a saída de um decreto-lei (656/74), em Novembro de 1974, que proibia a entrada de pessoal na função pública, muitos colegas nossos eventuais ficaram sem direito ao trabalho, não tendo sido readmitidos após a saída da tropa. Depois de muita luta, saíu em Agosto outro decreto (410/75), que reintegrava este pessoal na função pública novamente como eventuais. Como nessa altura só havia necessidade de 60 pessoas no I.N.E., foram os restantes enviados para o Quadro Geral de Adidos onde passaram a receber sem trabalhar. Esta situação, em que estes camaradas recebem a 100 por cento, é demasiado perigosa e aponta mais tarde ou mais cedo para o desemprego. Isto levou à averiguação, nos diversos serviços, ultimamente, de quais as necessidades em pessoal que have-

ria no I.N. de Estatística. Os serviços confirmaram a necessidade imediata de 31 pessoas, número ao qual a Comissão Directiva contrapôs 15.

Os trabalhadores, em Assembleia Geral, aprovaram a entrada dos 31 colegas, com marcação de ficha de ponto, a partir de 24-3-76. Quarta-feira passada, cumprindo o aprovado, esses colegas foram para os sectores que os haviam requisitado, tendo começado a trabalhar, tendo sido acarinhados pelos restantes colegas. Levada à prática esta resolução, a Comissão Directiva e o Subsecretário de Estado do Planeamento tentaram dividir os trabalhadores através de despachos e notas ameaçadoras, culminando, hoje, sexta-feira, 26, com a ocupação do I.N. de estatística pela Polícia, para impedir a entrada dos nossos colegas readmitidos

anteontem.

A resposta dos trabalhadores foi não entrar e não trabalhar enquanto os elementos estranhos ao I.N. de Estatística (Polícia), não abandonarem as instalações do I. N. E. Julgamos que, se há trabalho no I.N.E. e se os nossos colegas estão a receber pelo Quadro Geral de Adidos sem trabalhar, eles devem na verdade ocupar agora estes postos de trabalho, como já o fizeram, e daí não devem sair!

HÁ TRABALHO PARA OS COLEGAS REINTEGRADOS!

RECUSAR-LHES TRABALHO É UM CRIME!

A LUTA É JUSTA: VENCEREMOS!!!!

26 de Março de 1976



Trabalhadores da função pública em luta

Os trabalhadores da função pública realizaram na passada semana, dia 26, uma manifestação até S. Bento, pela instituição imediata do prometido sistema de diuturnidades, pelo contrato colectivo contra o Estatuto fascista.

A concentração, da responsabilidade da Comissão Directiva provisória, delegados sindicais e comissões de trabalhadores, havia sido definida em Assembleia Regional de Delegações no dia 23, onde foram aprovados alguns pontos organizativos a ela referentes, assim como uma moção de protesto a ser entregue ao Governo durante a concentração, ao longo da qual se distribuiu um comunicado à população.

Ficou ainda decidido naquela Assembleia Regional de Delegações que, precavendo o caso de o Governo não se pronunciar até 31 deste mês, se realizassem de imediato RGT's em todos os locais de trabalho com vista a análise e discussão de formas de luta a adoptar, e aprovou-se a realização de uma ARD na próxima quarta-feira, dia 31 de Março pelas 20.30 horas, para a apresentação e discussão das propostas saídas dos locais de trabalho.

Entretanto, o Conselho de Ministros pronunciou-se sobre este assunto, mas postergando-o para uma apreciação «a ser feita em breve», desculpando-se com a necessidade de «salvaguardar o equilíbrio das Con-

dições Públicas», «com a dupla preocupação de fazer justiça e de não perder de vista que qualquer encargo orçamental acrescido com a função pública terá, necessariamente, um défice das contas e da dívida pública».

Relembremos, no entanto, que a questão das diuturnidades, principal reivindicação do funcionalismo público, já foi concedida a outros trabalhadores do Estado, nomeadamente às forças militares e militarizadas.

Mesmo em relação aos trabalhadores da função pública, tal direito foi reconhecido num projecto-lei que aguarda há dois meses a aprovação do Conselho de Ministros.

Reproduzimos a se-

guir a moção de protesto que os trabalhadores entregaram ao Governo durante a concentração:

Os Trabalhadores da Função Pública concentrados em S. Bento, no dia 26 de Março de 1976, exigem a satisfação da sua justa reivindicação pela instituição do sistema de diuturnidades, de há muito esperado, e cuja proposta concreta aprovada pelos trabalhadores a nível nacional, foi em devido tempo (já há dois meses) entregue ao Governo, sem que até hoje lhes tenha sido dada qualquer resposta.

Os Trabalhadores da Função Pública afirmam a sua disposição de continuar a sua luta até total satisfação desta justa reivindicação.

Os trabalhadores do INE reunidos em AGT de emergência no 26/3/76, decidem o seguinte:

1 — Repudiar veementemente a ocupação policial do seu local de trabalho, considerando que isso corresponde à política de intransigência da Comissão Directiva mostrada em todo este processo de luta justa;

2 — Exigir à C.D. que mande retirar imediatamente as pessoas estranhas aos serviços do INE (os agentes da PSP) por considerarem que estes estão a perturbar o normal funcionamento dos serviços. Nós queremos ir trabalhar, portanto queremos o local de trabalho desocupado;

3 — Denunciar as posições reacconárias da C.D. que não tendo coragem para enfrentar a justiça das posições dos trabalhadores tenta lançar trabalhadores uns contra os outros, como é o caso dos nossos camaradas contínuos, que coagidos pela C.D. são obrigados a tomar posições antitrabalhadores sem que para isso estejam dispostos.

4 — Lançam um apelo aos camaradas contínuos para que se juntem aos demais trabalhadores encetando ao lado deles a luta contra os inimigos das nossas justas reivindicações.

5 — Exigir à C.D. para vir em frente dos trabalhadores receber esta moção e dar a resposta às nossas exigências.

ARGENTINA

a burguesia arrancou a máscara democrática

Pode-se hoje apreciar, em toda a sua dimensão, o fracasso do «ensaio populista» que, com o beneplácito conjunto da burguesia e do imperialismo, começara na Argentina a 25 de Maio de 1973.

O projecto elaborado por Péron, pelos políticos burgueses e pelo Partido Militar e que tinha como principal objectivo nada menos do que conseguir a estabilidade para o capitalismo argentino, deu lugar em vez disso a um dos períodos de maior instabilidade que a burguesia argentina alguma vez atravessou, obrigada a mostrar claramente, em toda a sua nudez, a crise que a afectava, o grau de decomposição moral e política em que tinha caído, e, também os limites das suas possibilidades de desenvolver as forças produtivas. Limites esses que, ao manifestaram-se hoje na recessão que abala toda a estrutura económica, trazem o desemprego e a miséria para amplas camadas da população trabalhadora daquele extenso país do canto Sul da América Latina.

A crise interna que afecta as classes dominantes encontrou o seu cume no golpe militar que eclodiu às primeiras horas da madrugada do passado dia 24 de Março, quando o Partido Militar, através das suas figuras de mais alta patente resolveram sem nenhum tipo de resistência do peronismo oficial, ocupar a totalidade do aparelho governamental, prendendo os elementos mais pró-fascistas de Isabel Peron.

O semanário clandestino «Estrela Vermelha», órgão oficial do Exército Revolucionário do Povo (ERP), força guerrilheira dirigida pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores, na sua edição de 16 de Fevereiro de 1976, previa os acontecimentos nestes termos: «A oficialidade do Exército Contra-Revolucionário trabalha febrilmente na preparação do próximo golpe militar de carácter ultra-repressivo. Desesperados pela catastrófica crise económica do capitalismo argentino e impotentes perante a torrente impetuosa da Guerra Revolu-

cionária na nossa Pátria, os militares resolveram tomar as rédeas do Estado e impôr um Governo mais repressivo e feroz que o actual. Mas a aventura da casta militar terá as suas pernas cortadas e está definitivamente destinada ao fracasso. O nosso povo conhece bem demais os seus assassinos uniformizados» — continuava o «Estrela Vermelha» — «Foi reprimido selvaticamente durante sete anos de ditadura militar e hoje é barbaramente agredido sob o Governo peronista, cujos grupos para-militares do Tripto A (Aliança Anti-Comunista Argentina) actuam impunemente, sequestrando e massacrando centenas de patriotas. Mas a ferocidade do Exército opressor, e demais forças de segurança nunca conseguiram fazê-lo vergar, como não conseguirão a implantação de uma nova ditadura militar.

Pelo contrário, quanto mais sanguinárias se tornarem as classes exploradoras e as suas Forças Armadas, mais decidida e vigorada se tornará a resistência popular. Por outro lado, a classe operária e o povo argentino contam com importantes unidades guerrilheiras, temperadas em múltiplos combates, tanto nas cidades como nos montes, capazes de enfrentar com decisão e arrojo, em novas e vitoriosas batalhas o Exército Opressor».

As previsões estabelecidas pelo ERP/PRT argentino para depois do golpe, indicam uma mudança qualitativa no processo de luta revolucionária, que é o início de uma guerra civil, declarada na qual o esforço principal deverá centrar-se na luta militar.

O incessante aumento das lutas do povo argentino, armadas e não armadas, nos dias anteriores ao golpe, indicam que a fúria dos militares contra-revolucionários atingirá níveis de ferocidade ainda maiores do que os conhecidos durante a dura repressão ao movimento de massas, nos tempos do Governo peronista de Isabel Peron.

As unidades guerrilheiras, tanto do ERP, como dos Montoneros, reflectem a maturidade alcançada durante longos

anos de luta contra a opressão, debaixo das distintas faces que o Estado burguês e pró-imperialista foi assumindo.

A passagem para a guerra de resistência popular vai-se concretizando paulatinamente na organização das massas para resistir e combater. Já se conhece, em milhares e milhares de patriotas argentinos, a decisão de se armarem e de enfrentarem os seus assassinos e exploradores. Esta situação cria para os revolucionários argentinos uma nova tarefa, de impulsionar a organização de grupos de auto-defesa de massas, combatendo os impulsos aventureiristas de alguns sectores da esquerda, que, subavaliando a importância da organização das massas, podem refugiar-se numa resistência dispersa que, em ultima instância, iria favorecer os desígnios repressivos do Partido Militar que hoje se encontra no Governo.

O espírito de luta do povo argentino evidenciado nas múltiplas mobilizações que antecederam o golpe demonstraram-na a tendência de combatividade que reina entre as mais amplas massas. Com este ânimo poderão estruturar-se segundo pensa o ERP, os Grupos de Apoio à guerrilha, através dos quais as massas canalizarão os seus inesgotáveis recursos e o seu desejo de fortalecer e consolidar o Exército guerrilheiro.

O comandante-chefe do ERP, Mário Roberto Santucho, afirmava recentemente a sua confiança no futuro da guerra popular, ao sublinhar: «Alimentado por essa formidável base de massas, o Exército Guerrilheiro aumentará os seus efectivos, formará centenas e milhares de quadros, criará novas unidades, recuperará mais e mais armamento e porá em cheque, desde o princípio, a mobilização repressiva do inimigo. A aventura golpista do inimigo signi-cará então, um salto no processo revolucionário, começando a etapa da guerra civil declarada, permitindo assim a passagem massiva do povo para a resistência armada e criando as condições para estruturar as forças regulares revolucionárias, o pode-

roso Exército Revolucionário Regular, que se irá construindo nessa resistência e que garantirá a derrota final do inimigo, e a vitória da Revolução».

A sorte da luta de classes na Argentina encontra-se indissolúvelmente ligada à da batalha contra o imperialismo em toda a América Latina e no resto do Mundo. A solidariedade revolucionária é hoje uma força material de extrema importância, ferramenta que devemos empunhar para que se torne eficiente. A concepção aldeã da revolução deve ceder perante uma prática e um exercício concreto do internacionalismo proletário, que se manifeste activamente no isolamento da Junta Militar Fascista, e no apoio sem reticências moral e material, ao movimento revolucionário argentino.



BRASIL—12 anos sobre o golpe reaccionário

«O golpe de Estado de 31 de Março de 1964 marca um antes e um depois na vida do povo brasileiro: Antes uma relativa liberdade democrática permitiu um avanço na participação dos operários, camponeses, militares e estudantes na vida política, nas lutas pela reforma agrária e pela limitação de remessas de lucros para o estrangeiro (...)

No «após 1964» foi abolida o sistema político liberal, vigente desde 1945: os mandatos de uma centena de deputados e senadores progressistas foram anulados; milhares de pessoas tiveram suspensos seus direitos políticos, inclusive três ex-presidentes e vários governadores de estados da Federação. Cerca de 5 mil militares progressistas foram expulsos das Forças Armadas. Os sindicatos sofreram cerca de 500 intervenções militares; foram desmanteladas as incipientes centrais sindicais assim como as ligas camponesas e foi abolida o direito à greve. (...)

Provisoriamente desarticulado, o movimento popular reorganiza-se em oposição à ditadura dos «gorilas de quatro estrelas». Utilizando as mais diferentes formas de resistência: No dia 13 de Dezembro de 1968, foi decretado o Acto Institucional n.º 5 que terminou com as poucas liberdades políticas e individuais sobreviventes.

O Congresso foi fechado, o direito ao «habeas corpus»

abolido, as penas previstas para crimes políticos passaram a oscilar entre os seis meses de detenção e o fuzilamento. A prisão preventiva teve o seu prazo prolongado até 60 dias e a incomunicabilidade foi legalmente admitida até 10 dias. (...)

A redução brutal e sistemática do poder aquisitivo da grande massa da população fez, por exemplo, com que os índices de mortalidade infantil em São Paulo quase dobrassem na última década, chegando hoje a ser três vezes e meia superior aos de Cuba. (...)

O preço do famigerado «milagre» não foi apenas humano. Em termos de política económica representou uma dependência sem precedentes da economia brasileira em relação a Europa Ocidental, aos Estados Unidos e o Japão. (...)

No ano de 1975 verifica-se que, a partir do facturamento líquido global, das 319 empresas mais importantes que funcionavam no Brasil, 58% eram estrangeiras, 26,6% eram privadas nacionais e 16,3% estatais. Na prática, 9 multinacionais dominam o sector industrial. Por sectores, as multinacionais detêm 98% da indústria de transporte, 93% da farmacéutica, 76% do material eléctrico, 74% da indústria de material plástico, 91% da indústria do

tabaco e 82% da indústria da borracha. (...)

Os advogados dos presos políticos calculam em mais de um milhão os brasileiros que passaram pelas prisões da ditadura, com dezenas de milhares submetidas a torturas.

Mais de 30 mil pessoas foram empurradas para o exílio e mais de uma centena foram banidos do território nacional, por acto governamental. O número dos assassinados nas câmaras de tortura da ditadura está ainda por ser estabelecido, mas segundo a organização «Amnistia Internacional» é superior a mil. (...)

A ditadura brasileira compete colaborar ao policiamento dos movimentos democráticos nacionais e revolucionários do sub-continentes latino-americano. (...)

No entanto, apesar da repressão às reivindicações operárias, apesar da censura aos protestos contra a política de desnationalizações da economia, cujo auge foi a abolição do monopólio estatal do petróleo, a luta do povo brasileiro continua. A organização dos trabalhadores conseguiu esse ano, diminuir a contensão de salários. (...)

O povo começa a perder o medo ao terrorismo oficial. É esse o primeiro passo para derrubá-lo. (...)

(Do jornal «Amnistia», órgão do Comité Pró-Amnistia Geral no Brasil).

Denunciar e impedir o plano da direita fascista!

A ameaça fascista é hoje uma ameaça real que paira sobre o nosso povo. Os trabalhadores, as massas populares, sabem-no bem pelos ataques desencadeados após o golpe reaccionário do 25 de Novembro às suas organizações. Os trabalhadores sabem bem porque a sentem na própria pele. São os assaltos às cooperativas, as rusgas e a repressão aos moradores e organizações dos bairros pobres, é o regresso dos patrões às fábricas, são as libertações dos pides, as indemnizações pagas ao capital pelas nacionalizações que são o resultado do suor dos trabalhadores, a subida dos preços, o terrorismo e o surto bombista da direita fascista em todo o País, enfim a ameaça do imperialismo e da burguesia de recuperar todas as conquistas que os trabalhadores à custa do seu suor, do seu sangue, da sua luta, conseguiram.

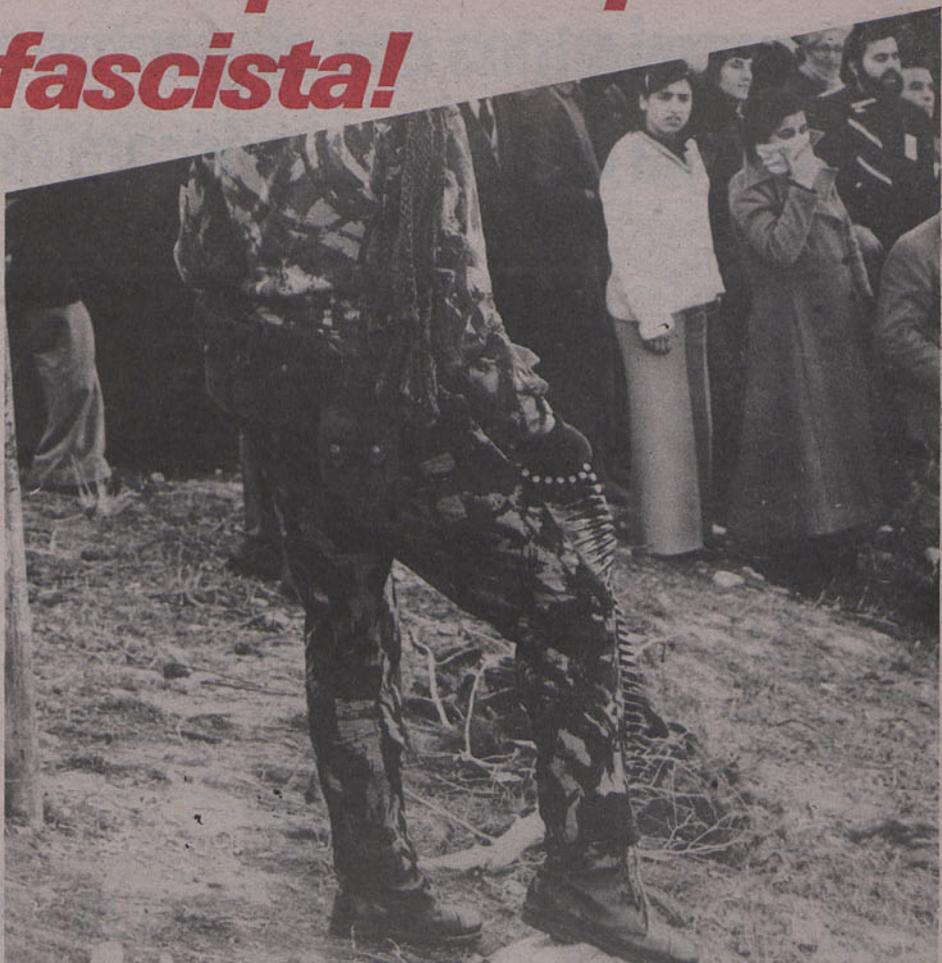
Mas a burguesia necessita de aguçar as suas facas de gumes para desferir novos e mais fortes golpes sobre o povo trabalhador. É por isso que ela arma e fortalece as forças da GNR e da PSP que as massas populares já conhecem desde o tempo do fascismo, pelas suas acções «democráticas». É por isso que a burguesia se preocupa hoje tanto com o seu Exército tentando encontrar a melhor maneira de o tornar uma força repressiva ao serviço da sua política de exploração e repressão sobre os trabalhadores, chamando a isto «reestruturação das Forças Armadas».

Mas afinal que «reestruturação» é esta que diz transformar o exército numa força «apartidária», numa força de que depende os «interesses nacionais», a própria «democracia»?

Os militares progressistas já sentiram os efeitos desta «reestruturação», que a oficialagem fascista e reaccionária instalada hoje na EMGFA, EME, EMFA e na maior parte dos comandos das unidades, preparada não só nas costas dos trabalhadores como nas costas dos soldados, dos marinheiros, dos sargentos e dos oficiais progressistas. O fim das liberdades democráticas nos quartéis, do direito de reunião e associação não só dos soldados, como dos sargentos e oficiais e a instauração da cadeia única do Comando, a destruição dos refeitórios e salas comuns nas Unidades Militares, a instauração do militarismo fascista na relação dos superiores com os subordinados, o recrutamento de mercenários (voluntariado como os fascistas e reaccionários lhes chamam) para os quartéis, o afastamento e isolamento do Povo imposto aos militares e com quem estes se habituaram desde o 25 de Abril a conviver e a perceber os seus problemas concretos; a prisão e o afastamento dos elementos militares que mais se destacaram na sublime missão de servir o povo, foram medidas já tomadas por estes «defensores das liberdades».

Os soldados, sargentos e oficiais que hoje tomam uma posição consequente na defesa dos explorados e oprimidos são considerados como criminosos. Para os fascistas e reaccionários os soldados não são homens, são máquinas a utilizar na repressão ao povo que luta por não perder as conquistas alcançadas.

O povo trabalhador sente bem as diferenças existentes entre o exército antes e depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro. As massas populares sabem bem reconhecer dentro do Exército aqueles que vêm do seu seio, que são parte integrante destas — os soldados e todos os sargentos e oficiais para os quais a luta do Povo Trabalhador é a sua luta —, e os soldados de 30 e 40 anos contratados



AINDA PRESOS

SANTARÉM:

Major Carlos Campos de Andrada, major Mário Tomé, 1.º sarg.-páraquedista Álvaro Neves, 1.º sarg.-páraquedista Manuel Rebocho.

CAXIAS:

Major Cuco Rosa, 1.º sarg. da Força Aérea Victor Luís, 1.º sarg. da Força Aérea Pedro Rasgado, 1.º sarg. da Força Aérea Carmo Vicente, 1.º sarg. da Força Aérea Jesus Serigado, civil Eduardo Rosá Milheiro, civil Manuel Faustino Pinto, civil Armando Jesus Cabrita, civil Mário Santos Gonçalves, civil Jorge Paulo Baptista Pinto.

e com vencimentos superiores para uma única missão: obedecer às ordens assassinas da política reaccionária da oficialagem fascista, cães de fila dos interesses do imperialismo e da burguesia exploradora.

Tal qual como no 25 de Abril, no 28 de Setembro e no 11 de Março, quando a unidade entre as massas populares, os soldados, sargentos e oficiais progressistas derrotou as manobras do capital e de todos os seus lacaios, esta unidade, forjada nos sacrifícios da luta contra o inimigo comum,

o Fascismo, saberá resistir a estas manobras e reduzi-las a pó.

Hoje mais do que nunca é preciso unir todas as forças do campo da luta popular dentro do Exército, contra a ameaça fascista que a oficialagem instalada em postos chaves do aparelho de Estado se prepara para desferir.

Hoje mais do que nunca a unidade dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas com as massas populares saberá unir-se numa só força, coesa e unida e derrotar a ameaça fascista e preparar condições para a vitória final.

Hoje mais do que nunca é preciso denunciar e pôr a nú os planos reaccionários e fascistas que a oficialagem e os partidos fascistas e fascizantes preparam nos gabinetes do poder e nas costas do nosso povo.

É preciso mostrar de uma vez para sempre, que nem aviões, nem material de guerra por mais aperfeiçoado que seja e oferecido de mão beijada pelo imperialismo aos seus lacaios instalados nas Forças Armadas para reprimir o nosso povo, não servirá de nada, se nós, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas soubermos lutar e agir numa só força e com um só objectivo, isto é, na unidade do povo contra o Fascismo e pelo Poder Popular.

Fim ao militarismo fascista!

Liberdade de reunião, de expressão, e de organização dos soldados, sargentos e oficiais progressistas!

Libertação e integração dos militares revolucionários presos!

O povo não quer mercenários nos quartéis!

Unidade do povo contra o fascismo e pelo poder popular!